

TONY JUDT: UM HISTORIADOR DE FRONTEIRAS

TONY JUDT: A HISTORIAN OF BORDERS

Leonardo de Carvalho Augusto

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio)

Instituto Benjamin Constant (IBC)

lcaugusto1982@gmail.com

Resumo:

A proposta deste artigo é apresentar a obra e a singularidade da abordagem historiográfica do historiador britânico Tony Judt, (1948–2010). Com ênfase na noção de territorialidade, o texto explora como a infância em Londres, a herança judaica e o impacto da experiência da guerra moldaram sua visão do mundo. Ao comentarmos esta produção, animada pela convicção de que a história é uma forma de dar sentido à sua época, assinalamos em sua escrita a presença marcante de elementos autobiográficos, familiares e da sua formação intelectual.

Abstract:

This article aims to present the work and the unique historiographical approach of British historian Tony Judt (1948–2010). Emphasizing the notion of territoriality, it explores how his childhood in London, Jewish heritage, and the impact of war experiences shaped his worldview. In analyzing his work, driven by the conviction that history serves to make sense of one's time, the article highlights the prominent presence of autobiographical, familial, and intellectual influences in his historical writing.

Keywords: Tony Judt; memory; territoriality; historiography

Palavras-chave: Tony Judt; memória; territorialidade; historiografia.

1. Introdução

O estudo da trajetória intelectual de Tony Robert Judt (1948–2010) apresenta-se como um objeto privilegiado para a História Intelectual, uma vez que sua obra pode ser lida como um “mapa” das tensões ideológicas e crises éticas que definiram a segunda metade do século XX. A relevância de se analisar Judt sob essa ótica reside em sua transição de um historiador de perfil acadêmico para a condição de intelectual público e intérprete do mundo contemporâneo, papel que lhe permitiu atuar como sentinela da memória e da responsabilidade política em tempos marcados pelo cinismo. Ao se descrever como um “historiador de fronteiras”, Judt mobiliza sua identidade multifacetada — judeu, inglês, europeu e ainda, por fim, americano —; para questionar o passado e as “mentes cativas” do presente, num gesto em que, a um só tempo, recusaria a

invisibilidade retórica do historiador se posicionando em favor de uma história declaradamente opinativa.

Logo nas primeiras linhas daquela que seria sua obra mais conhecida — “Pós-guerra, uma história da Europa desde 1945” — Tony Judt menciona imagens de sua infância no bairro londrino de Putney, e insere nesta tela mais ampla duas cenas. A primeira delas é uma longa epígrafe, que descreve a região industrial da Valônia na década de 1950, escrita por Luc Sante. A outra é uma imagem, com algum peso nostálgico, que ele julgava ser “... igual àquelas registradas em fotografias em sépia penduradas na parede”, de um velho armazém local ou mercearia. É ali que Judt principia sua arguta observação do primeiro decênio depois do caos que fora a Segunda Guerra Mundial. Ao mobilizar suas memórias, o autor chega às tardes em que, ainda menino, frequentava “uma melancólica loja de doces”, onde era sempre atendido por “uma anciã encarquilhada que o repreendia,...”; fazendo questão de lembrá-lo que “vendia ‘doces a meninos como você desde o Jubileu de Ouro da Rainha’ – i.e., desde 1887: [e] ela se referia à rainha Vitória, evidentemente” (JUDT, 2008: p. 237).

Curiosamente, esse retrato que aproxima o começo da segunda metade do século XX à permanência do século XIX, impressiona o leitor não só pelo caráter inovador da abordagem cronológica, mas também pelo comentário do “historiador opinativo”, de que essa iconografia “bem poderia ser aplicada à maior parte da Europa Ocidental naqueles anos”.

Com rigor, e demonstrando cultivar uma memória muito especializada, como posteriormente se atestaria em produções como “O chalé da memória” (2012) – uma espécie de autobiografia, escrita em virtude do abreviamento de sua vida por conta de uma doença degenerativa –, o atento historiador lembra ainda que aquela senhora não era a única pessoa a deixar escapar suas alusões vitorianas, em plenos anos 1950:

O primeiro-ministro britânico à época, Winston Churchill, costumava lembrar ao público ouvinte o fato de que ele havia tomado parte no último ataque da cavalaria do Exército britânico – em Omdurman, no Sudão – em setembro de 1898. (2008, p. 237)

Não isenta de uma pitada de ironia, a exposição dessa galeria de imagens em “O Fim da Velha Europa”, **Coda** da primeira parte do monumental estudo de Tony Judt sobre a “História da Europa desde 1945”, produz no leitor um interessante efeito de estupefação. Não há exagero em se afirmar que esse efeito é amplificado pela epígrafe, da autoria de David Lodge: “Surpreendentemente, a vida mudou pouco depois da guerra”.

A Londres do período da Guerra Fria, guardadas as devidas proporções, não era tão

diferente da Valônia (belga). Segundo Judt, era um mundo que queimava carvão mineral e cheirava a cavalos, “movido pelo vapor, (...) onde automóveis eram raros e supermercados (e muitas coisas neles vendidas) eram desconhecidos” (JUDT, 2016, p.82). E talvez, se ainda considerarmos o fato de que “o menino da foto” havia nascido em 1948, o efeito de confusão cronológica embutido nessas primeiras imagens, possa ser potencializado.

Nostalgicamente, ao se servir das imagens das lojas, dos vendedores (inclusive os de rua), para falar do bairro em que passou a infância, o historiador soa um tanto melancólico. Mas por que razão o passado lhe parecia mais próximo e familiar do que nunca? Tony Judt descreve o lugar onde cresceu como um território que foi desfigurado pela guerra e a decadência econômica. E ao leitor desavisado pode escapar que, de fato, ali se deu uma grande transformação, de ordem física e moral. Talvez por isso a Londres da década de 1950 seja “imediatamente reconhecível aos olhos de um observador de meio século antes”, afirma.

Nesses pequenos instantâneos, são perceptíveis as imagens do atraso e de certa *austeridade*, vestígios de um certo “cinzentismo da vida” que com alguma recorrência irá pontificar a escrita da história que Judt leva a cabo. Porém, esse cinzentismo do mundo não é como o *smog* que compõe a atmosfera londrina, mas sim uma construção dos viventes daquela época: “Somos os herdeiros involuntários de um debate que a maioria das pessoas praticamente desconhece”, diria o historiador ao centrar fogo no que ele denominara como a “insuportável leveza da política”, numa conferência de alguns anos mais tarde¹.

A finalidade deste artigo é sugerir como uma noção alegórica de fronteira permeia a elaboração e a abordagem crítico-opinativa na historiografia de Tony Judt. Contudo, essa tarefa parece ser tão complexa quanto a maneira elusiva com que ele lida com a própria identidade. A hipótese que se pretende pôr à prova, ao indicarmos suas fronteiras, é a de que Tony Robert Judt (1948–2010) é *um outro* historiador britânico. É admissível que essa afirmação possa soar obscura, um tanto desconexa e parece mesmo acrescentar algum risco de nos distanciar do êxito, na tarefa de apresentar alguns aspectos de sua escrita da história. Contudo, frente aos limites e possibilidades, nos parece uma tentativa válida.

Recepcionado nos meios acadêmico e midiático como o antagonista do historiador

¹ Sugerida pelos editores da *New York Review of Books*, a conferência, que teve lugar na Universidade de Nova Iorque (NYU) ao final de 2009, era sobre a atualidade (ou não) do tema da social-democracia e mais tarde daria origem ao livro intitulado *O mal ronda a terra* (2011).

britânico Eric John Hobsbawm, Judt certamente compartilha com estas diferenças insuperáveis, mas também algumas semelhanças importantes.

Para além da *alma mater* e nacionalidade, a condição judaica e outros traços biográficos que atestam o cosmopolitismo guardam paralelo com os que podem ser encontrados na trajetória de Eric Hobsbawm – por exemplo, a sua atuação como “historiador e intelectual público”. (BEBIANO:2017).

Ao mapearmos suas coordenadas, entendemos que uma breve apresentação sua não pode deixar a descoberto o fato de que Judt costumava ver a si mesmo como um “autor inglês”; “marxista político”; “sionista de Cambridge”; “intelectual francês”; “liberal europeu oriental” e “historiador europeu”, entre outros arquétipos. Esta lista tão sortida é responsável por indexar aquele que seria o seu último livro publicado em vida, intitulado “Pensando o século XX”, no qual uma conversa com outro historiador, o especialista em História da Europa Oriental, Timothy Snyder, se mostra bastante reveladora (JUDT; SNYDER, 2014, *passim*).

Embora não haja espaço para se produzir uma análise biográfica do autor, é imperativo mencionar que a morte de Tony Judt foi a culminância de uma doença neuromotora, a ELA – acrônimo para Esclerose Lateral Amiotrófica². Este salto no abismo é um dado que em nossa avaliação tem implicações importantes, não só na vida, mas também na produção de Judt, tanto como historiador quanto intelectual público e sujeito político³.

Após estes comentários preliminares sobre a sua trajetória, antes mesmo de traçarmos as linhas deste perfil intelectual fronteiriço, nossa sugestão é a de que voltemos nossa mirada para um determinado “espaço-tempo”.

2. Putney-Oxbridge: pequenos quadros em um grande quadro

A cartografia sentimental e intelectual de Tony Judt é complexa. Nela estão representados locais, autores e instituições que foram fundamentais para a sustentação da perspectiva judtiana sobre a história, bem como da sua visão do papel do historiador como um

² Esta enfermidade, também é conhecida como “doença de Lou Gehrig” – nome de um famoso jogador de beisebol que foi recordista e dono de estatísticas impressionantes pelo *New York Yankees*. Tendo descoberto sua condição médica em maio de 1939, Gehrig viria a falecer em pouco mais de 2 anos, em 02 junho de 1941. Ver link ao final.

³ Desafortunadamente, Tony Judt também está longe de ter sido o intelectual britânico mais conhecido que foi obrigado a conviver com a ELA. Esta foi uma condição bem mais duradoura ao longo da existência do também britânico Stephen Hawking. Da mesma forma que o historiador Eric Hobsbawm acabou se tornando no **Birkbeck College**, o astrofísico também chegou a ser um “Don” em Cambridge. Hawking seria, contudo, mais longo a despeito da agressividade da sua doença e faleceria somente em 2018, oito anos depois do nosso historiador e seis anos mais tarde que Hobsbawm.

intelectual que não deve apenas se dirigir a um público especializado. Assim sendo, nosso objetivo nesta primeira parte é apresentar uma reflexão sobre temas que a ele foram caros, como o bairro onde cresceu, sua educação, história familiar e situação de classe.

A estrutura dialógica de “Pensando o Século XX” alterna registros biográficos e históricos, refletindo a biblioteca mental de Judt através das intervenções de Timothy Snyder.

No “Posfácio” – onde parece acontecer de forma sintetizada o fenômeno registrado ao final de cada capítulo –, Tony Judt afirma que o livro não consiste numa autobiografia sua, mas pondera que há coordenadas importantes a serem consideradas por aqueles que se debruçam sobre sua cartografia, sem as quais o leitor corre o risco de se perder na diversidade de caminhos que pontificam sua trajetória.

Não escrevi uma autobiografia, embora nos últimos meses tenha publicado esboços para um livro de memórias, eu continuo muito convencido de que o modo padrão adequado ao historiador é a invisibilidade retórica. Mas tendo sido incentivado a me intrometer um pouco em meu passado, confesso que o considero bastante útil para compreender minha contribuição ao estudo de outros passados. (2014: p. 415, grifos nossos)

Rui Bebiano, historiador português e autor de uma das poucas obras sobre Tony Judt em nossa língua, afirma que seu colega britânico sempre procurou juntar duas pontas de um grande novelo – a relação entre sua vida e obra e o reflexo de ambas no domínio do público – como parte essencial do seu trabalho de historiador.

A nosso juízo, isto nos coloca diante uma importante questão sobre a metodologia histórica, sobretudo quando Judt fala sobre sua adesão a um modelo de saber histórico que foi fundado e difundido na segunda metade do século XIX, o da “invisibilidade retórica”. Ao tematizar sobre a relação entre distância e familiaridade, compreendendo a história como um “saber cientificamente conduzido”, Bebiano também parece colocar em primeiro plano a questão da objetividade do conhecimento histórico. Ao final de uma longa digressão, na qual investiga detalhadamente as preocupações metodológicas do campo historiográfico com a validação da verdade, o historiador luso critica a concepção da objetividade como uma forma de distanciamento crítico em relação aos problemas do presente e chega até os impactos da emergência da História do Tempo Presente no campo. E ao fim e ao cabo, chega a uma grande conclusão acerca de Tony Judt, que é a de que “Tanto quanto é possível sabê-lo, Tony Judt jamais se auto definiu formalmente como um ‘historiador do tempo presente’”(BEBIANO, 2017: p. 67-77).

Entretanto, paira a impressão de que pouco espaço foi reservado à relação entre a

subjetividade do historiador e a sua relação com a questão da verdade, o que pode cobrar seu preço e acabar gerando um efeito contraditório, afastando o leitor dos objetivos propostos pelo comentador, de “compreender com maior clareza as escolhas de Tony Judt, quase sempre ocupado a estudar temas e problemas que confluíram poderosamente na sua atualidade”. Sendo mais claro e direto, o que se pretende neste estudo é dar destaque ao fato de que Tony Judt é um intelectual posicionado e como ele gerencia isso. Se considerarmos que o enfoque da análise de Bebiano está mais centrado no aspecto da transparência do que propriamente no (decisório) da escolha por parte de Judt, para nós isso poderia acabar por jogar na penumbra as suas motivações do presente, que fazem com que Judt se coloque mais nitidamente como um “historiador opinativo”.

Por conta disso, julgamos ser importante indicar imediatamente suas coordenadas em relação a alguns marcos da história dos intelectuais no século XX. O primeiro limite é o da prudência. Em primeiro lugar, é lícito afirmar que Judt é um historiador opinativo, mas não engajado. Antes de mais nada, ele estaria preocupado com a compreensão do mundo que vivemos do que com a ação. E nesse sentido, a história deveria ser “o nervo” da empreitada:

Uma história decididamente contemporânea, política e conceitual, que suprima do presente os falsos mistérios e a magia artificial. Que também explique, a nós mesmos e aos outros, de onde provêm nossos problemas e os dos outros, e por que cada um responde como responde. Hoje, a inserção no tempo é o pré-requisito indispensável a toda a iniciativa política e ideológica, é a legitimação dos verdadeiros engajamentos. (*Le Débat*, maio de 1980)

Se o papel dos intelectuais é imprescindível para se compreender o século XX, como o propõem alguns trabalhos de referência (TRAVERSO: 2020; WINOCK: 2000), é possível reconhecer que a produção de Judt já se situa dentro de um enquadramento mais específico, no qual a figura do intelectual opera numa complexa “rede de equipes e de influências” (NORA: 1980) e vai perdendo sua importância progressivamente.

O final da década de 1970 e início da de 80 marca o fim do engajamento político e da preocupação com o conceito de classe. Michel Winock enumera uma série de fatos – desde o falecimento de Jean-Paul Sartre (1980) e Raymond Aron (1983) até os momentos finais do socialismo real, como a desastrosa intervenção militar no Afeganistão (1979) e o golpe de estado de Jaruzelski na Polônia (1981) – como indícios desse melancólico apagar das luzes. E conclui, de forma bastante lúcida:

Se considerarmos que a perspectiva de nossa sociedade não é mais a da mítica revolução proletária, portadora da sociedade sem classes, mas o estabelecimento, em

profundidade, da democracia – perpetuamente ameaçada, jamais concluída –, os intelectuais terão também um papel orgânico a desempenhar, o de operários dessa difícil democracia, regime de liberdade limitada, de igualdade aproximada e de fraternidade intermitente (WINOCK, 2020: p. 800. Grifos nossos).

Logo em seguida, o historiador francês faz um alerta: “‘Operários’, em vez de ‘funcionários’: nada é pior que a institucionalização da função de intelectual” (WINOCK: 2020). Enzo Traverso parece corroborar com esta mesma perspectiva. Ao responder a uma questão endereçada por Régis Meyran, o historiador italiano indica dois aspectos: a cobertura midiática da TV e a emergência dos chamados *especialistas*, como sendo a pá de cal na influência dos intelectuais na opinião pública. Acompanhemos:

Mas o que mudou nas estruturas socioeconômicas da sociedade para que os pseudo intelectuais midiáticos e os especialistas em poder sejam os de onipresentes, e enquanto a figura do intelectual engajado à la Sartre desapareceu?

– A figura do intelectual atravessou o século XX. Ela surge no despertar da modernidade e parece desaparecer no começo do século XXI, ou seja, no período inaugurado pela queda do Muro de Berlim (1989). O século XX foi um período de conflitos políticos e ideológicos, marcado por movimentos sociais de grande amplitude em que os intelectuais foram chamados a exercer um papel: [...] A partir dos anos 1980, e ainda mais nos tempos atuais, [...] mostra principalmente a ascensão de think tanks que se encarregam de neutralizar o pensamento crítico e elaboram estratégias de poder (TRAVERSO: 2020. p. 51-52).

Entretanto, podemos dizer que, particularmente no caso de Judt, que iniciou sua carreira acadêmica exatamente neste período de ocaso dos intelectuais, este historiador já havia aprendido com as lições do realismo do pós-guerra e isso aparentemente não foi em vão. Tal qual a austeridade, a luta contra o inimigo comum, na segunda metade do século XX conferiu a ele os ensinamentos e atributos de um questionador (ou moralista) que denunciaria o silêncio dos intelectuais de esquerda e dos seus companheiros de viagem diante dos crimes cometidos durante o período do chamado “totalitarismo soviético”: “O fato de que a União soviética dava a entender que defendia uma causa justa, na realidade a única causa válida, é o que minimizava seus crimes para muitos na geração de Hobsbawm”(JUDT: 2018).

Esta é a chave de leitura de “Passado Imperfeito”. O título desse livro, lançado em 1992, se explica por uma citação de Emmanuel Mounier, intelectual católico que teve relações um tanto controversas com a República de Vichy: “O Absoluto não é deste mundo e não é mensurável em relação a este mundo sempre nos engajamos em lutas discutíveis, por motivos imperfeitos. Contudo, recusar o engajamento é recusar a condição humana”.

Abraçando o engajamento, mas não como um intelectual orgânico dos partidos de

esquerda, Tony Judt formularia perguntas incômodas. Consumado o desencanto, primeiro voltaria suas baterias aos seus pares em França (como Sartre e Julien Benda) e mais tarde, a Eric Hobsbawm⁴. Quase todas essas questões são enfeixadas na tópica da “luta duvidosa”. Sendo mais claro, o que está em jogo neste questionamento é a renúncia da criticidade em favor de uma crença, colocando os seus préstimos a serviço de um partido político, ao redor do qual seus companheiros de luta esperam conciliar sua fé na Revolução com o que sobrou de convicções pessoais.

Portanto, o parlatório a partir do qual Tony Judt escolhe falar não é exatamente o de um *insider*. A segunda metade do século XX - com o oneroso legado da guerra, a trincheira moral da Resistência e a Guerra Fria - era uma etapa da história intelectual marcada por um sensível enxugamento desse tipo de intelectual moralista, que se batia com suas dúvidas e indecisões, e encontraria em Albert Camus seu principal expoente.

É também nos anos 1980 que surgem novos empreendimentos que seriam considerados “revisionistas”, como a fundação Saint-Simon, em 1982. Segundo Michel Winock, seria um ponto “de encontro inédito entre intelectuais e os que detém o poder decisório: [na qual] o historiador François Furet é o principal dirigente, [...] e o ex-intelectual sindicalista da CFDT, o historiador do pensamento, Pierre Rosanvallon”, para quem o futuro da democracia depende de torná-la mais complexa, é outra grande referência (WINOCK:).

Ao percorrermos estas fronteiras, é possível que o nosso leitor se veja em dúvida, diante de uma encruzilhada: Porque Judt prefere Furet a Hobsbawm? Ainda que previsível, a resposta do caminho escolhido não é tão óbvia quanto parece. Segundo Judt, valeria para Furet o que ele mesmo havia escrito para homenagear a memória de Tocqueville, em um artigo de 1985, na “New York Review of Books”. Com admiração, o jovem historiador inglês transcreve “The Passions of Tocqueville”: “... sua “realização[...] não reside numa única doutrina qualquer, mas nas maneiras penetrantes e às vezes ambivalentes com que enfrentou as questões da igualdade, da democracia e da tirania que surgiram em seu tempo e que continuam por ser resolvidas no nosso” (JUDT: 2016, p. 401). E para arrematar esta linha demarcatória de uma grande rejeição, não poderíamos deixar de mencionar um elemento, de ordem político-ideológica. Em defesa do liberal Furet, Tony Judt dirá que ele foi o grande responsável por promover uma atualização do debate sobre a

⁴ Um exemplo disso seria a sua resenha de “Tempos Interessantes” (autobiografia de Hobsbawm), à qual Judt denominou “Eric Hobsbawm e o romance do comunismo”, que saiu na coletânea de “Ensaio Reflexões sobre um século esquecido” (1901-2000).

Revolução, em França:

... , o surgimento da obra de François Furet coincidiu com o declínio do marxismo como tendência dominante nos círculos intelectuais e acadêmicos do país, e ajudou a completar esse processo. (...) Furet ajudou seus contemporâneos a aprender a pensar sobre a própria política, e sobre as maneiras como a França é governada agora e poderá vir a ser governada nos anos a seguir (Idem. p. 399).

A bem da verdade, há também grandes semelhanças. Tony Judt emprega uma noção ampla de “presente”, tal como aquela defendida por Henry Rousso, para lidar com as circunstâncias e outros elementos do mundo ao seu redor, o que sem dúvidas o aproxima de Hobsbawm. Contudo, para o especialista em história contemporânea francês, o que está posto em jogo “não se refere apenas à temporalidade, nem sequer significa uma aproximação em relação aos fatos ocorridos no presente (...)”, mas se refere “a outras formas de proximidade: no espaço, no tempo, [e] no imaginário”(ROUSSO citado por BEBIANO, 2016, p. 171).

Da mesma forma que aponta Henry Rousso, é admissível que historiadores em pólos tão extremados do espectro político como é o caso de Eric Hobsbawm e François Furet também possam ter considerado adequado olhar para os sucessivos passados que eles estudaram, em função de demandas em grande medida suscitadas por interesses dos seus próprios “presentes” (CORREA, 2008, p. 116). Em se tratando de Tony Judt podemos dizer, com base na análise de Rui Bebianno, que as sucessivas fronteiras do presente “impuseram leituras apenas possíveis no confronto entre, (I) de um lado as fontes e os temas, datados” que o historiador procurou estudar e, (II) de outro lado, a maneira como a relação tensa do presente com essas fronteiras foi o que possibilitou observá-las de um modo particular, “utilizando novas ferramentas, bem como novos recursos multidisciplinares e recorrendo a um aparato crítico disponível no momento em que se interessou por eles e os começou a estudar” (BEBIANO, 2017, p. 79).

Ao enfatizar mais de perto os aspectos internos que compunham a perspectiva do marido Tony, Jennifer Homans indica que esse processo, de puxar para si os fios que delimitam suas fronteiras, guardava boa dose de elementos um tanto obsessivos. Num artigo publicado na “Revista Piauí”, a viúva sinaliza que apesar da resistência em escrever na primeira pessoa, Judt se relacionava com suas ideias como se elas fossem algo da ordem da emoção. Segundo Homans, a “paixão pela política de esquerda e pela história europeia” teria sido um legado deixado pelo pai, Joseph. Aos treze anos de idade, o jovem Tony ganhou de presente os três volumes da biografia de Trotsky, de Isaac Deutscher. No sentimento dela, tudo havia começado ali: “As ideias e a necessidade de explicações históricas marcaram-no desde então, e de modo profundo, até

desembocar em “Pensando o Século XX” (HOMANS: 2012).

Escrito em parceria com Timothy Snyder a partir do momento em que Tony Judt descobre a doença e finalizado um mês antes da sua morte, este é, sem dúvida alguma, seu livro mais autobiográfico. Ao apresentá-lo, Jennifer Homans afirma:

É uma história do pensamento do século XX. Começa com reflexões sobre o idealismo e o sofrimento dos judeus na Europa, e termina com um exame devastador do fracasso da política norte-americana no mundo pós-Guerra Fria. É também uma espécie de autobiografia intelectual (2012).

Já na primeira linha do prefácio, Judt pontua: “Este livro é história, biografia e tratado ético. (...)” (JUDT, 2014, p. 9). Porém, ao evocar a memória do finado marido, Jennifer Homans vai além, e assinala uma dimensão profundamente mais íntima, que a nosso juízo talvez seja o que mais aproxima o leitor da narrativa de Judt sobre os acontecimentos e processos históricos, sobretudo nesta derradeira obra:

Entre todos os escritos de Tony, este livro me parece necessitar de alguma explicação: um pano de fundo ou cenário, porque o cenário – as condições em que ele foi escrito – era demasiado escuro e porque a escuridão moldou o livro, não só na forma, mas também nas ideias (HOMANS: 2012).

Dadas limitações desta publicação, não iremos nos deter na descrição deste pano de fundo, mas numa dimensão anterior, para que posteriormente seja possível descobrir ou propor alguma explicação sobre a condição sombria que moldou a escrita da história em “*Pensando o século XX*”. Apesar de ainda não ser possível se depreender imediatamente, consideramos que a experiência de classe de Judt, bem como seus relatos sobre a família, são fundamentais no esforço de delimitar seu lugar de perspectiva sobre a História.

Este indivíduo, nascido em 1948 e virtualmente contemporâneo da história que iria escrever, se considerou um observador em primeira mão de “pelo menos alguns dos eventos mais interessantes da segunda metade do século passado”, e chegaria a afirmar, já ao final da vida: “Quando finalmente cheguei a escrever uma história narrativa dos meus tempos, estava bastante convencido de que essa era a única maneira de lhes dar sentido, e continuo convencido como sempre” (JUDT, 2014, p. 413-414).

Ao se recordar das advertências que ouvira por suas preferências sobre temas correlatos à chamada História Social, durante a pesquisa de sua Tese de Doutorado, Judt comenta:

Um dos *Dons* idosos que me ensinaram em Cambridge uma vez me censurou por minha fascinação com as estruturas físicas e geológicas (eu estava trabalhando no estudo do socialismo na Provence e muito impressionado com a importância da paisagem e do clima): A “geografia”, ele me informou, “trata de mapas [maps]. A história trata de

peessoas [*chaps*]. Nunca esqueci disso, porque é uma verdade evidente – (JUDT, 2014, p. 414).

Mesmo tendo Judt admitido que esta era uma observação verdadeira, isso parece não dar conta de uma complexidade que forma parte de sua perspectiva sobre a história. Se Eric Hobsbawm, outra grande testemunha de “alguns dos eventos mais interessantes” do século XX, – em sua autobiografia mobiliza uma fala de Agnes Heller para distinguir memória de história: esta última “trata do que acontece visto de fora, e as memórias tratam do que acontece visto de dentro”(HOBSBAWM: 2002, P. 12) –, em Tony Judt o *approach* reserva um lugar bastante especial para as memórias, dentro de sua própria escrita.

A análise desta obra exige o reconhecimento de que a subjetividade do historiador é o produto de uma cartografia específica, composta por coordenadas espaciais e geracionais. Sua visão de mundo foi balizada pela Londres de Putney nos anos 1950, onde as tradições inglesas e a judaicidade distintiva se entrelaçavam. Esse mapa intelectual expandiu-se com o ingresso em Cambridge na década de 1960 – um cenário dividido entre a aristocracia e a meritocracia ascendente – e culminou no enfrentamento da crise das ortodoxias marxistas no meio acadêmico dos anos 1970. Tais marcos não são meros detalhes biográficos, mas os eixos que conferem sentido à sua escrita e ao seu papel como intérprete do século XX.

A bem da verdade, Eric Hobsbawm também não descartaria a necessidade de uma cartografia sentimental do seu passado e chegaria a mencioná-la em suas memórias do século XX:

(...) a preocupação do historiador autobiográfico não é apenas revisitar-lo, e sim traçar seu mapa. Sem esse mapa, como poderíamos seguir os caminhos de toda uma vida através de suas paisagens cambiantes, ou compreender o motivo e o momento em que hesitamos e tropeçamos, ou de qualquer maneira vivemos entre as pessoas com cujas vidas as nossas se entrelaçaram e das quais dependiam? Essas coisas não esclarecem apenas as vidas individuais, mas o mundo inteiro (HOBSBAWM: 2002, p. 21).

Com a ressalva de que devemos admitir o fato de que Judt havia deixado explícita a sua opção por não escrever uma autobiografia, é possível afirmar que, tanto em “*Pós-Guerra*” – uma história narrativa da segunda metade do século passado, em que, nas passagens que vimos, a observação sobre os eventos *hic et nunc* molda a compreensão daquele tempo –; quanto em obras inequivocamente mais pessoais, como “*O Chalé da Memória e Pensando o Século XX*”, a preocupação com traçar um mapa que seja representativo de suas fronteiras se faz presente na sua historiografia.

Neto de emigrados judeus do império russo, o autor sugere que sua infância pode ser sintetizada de duas formas: primeiramente como “uma infância de classe média baixa Londrina

década de 1950, inteiramente convencional, um pouco solitária” e, “De outra perspectiva, foi uma expressão exótica, distintiva e portanto privilegiada na história da metade do século XX, como acontecia a judeus imigrantes da Europa centro-oriental (JUDT, 2014, p. 19).

Pelo lado materno, seus ascendentes Solomon Dudakoff e Jeannette Greenberg se conheceram já em Londres, e casaram em 1905. Logo depois que a família dela aportara, ao fugir de um *pogrom* ocorrido em Chisinau (1903), que resultou na morte de “47 judeus na vizinha província bessarábica do império Russo. [Pode-se dizer que os sogros de Solomon finalmente] Chegaram a Londres no máximo em 1905.”

O pai de Stella, sua mãe, também fugira, mas por razões mais obscuras. O relato de Judt menciona uma lenda familiar segundo a qual ele, “Um tipo militar russo enorme e barbudo, meio como um cruzamento de lutador com rabino.”, teria sido forçado a deixar sua terra natal por ter surrado uns arruaceiros que ameaçavam seu pai. O que se segue daí é que ele “Então passou a noite escondido no forno de um tio padeiro e depois fugiu do país” (2014, p.20).⁵

O lado “Avigail” da família (paterno), era composto pela avó Ida e por Enoch Yudt, também judeus com raízes na Europa Oriental. Estes, entretanto, levariam mais tempo até chegar na Grã-Bretanha, vivendo uma parte de suas vidas no continente e também na Irlanda. Tony Judt conta que

Ida Avigail, era de Pilviskiai, uma aldeia lituana logo a sudoeste de Kaunas: hoje faz parte da Lituânia, na época era do Império Russo. (...)Em algum momento da primeira década do século, os Avigail decidiram ir para o oeste, para a indústria de diamantes de Antuérpia, onde tinham contatos. Na Bélgica, Ida conheceu meu avô paterno (JUDT, 2014, p.20).

Na citação acima, há um elemento sobre o qual pretendemos chamar atenção. Apesar de concordarmos com as duas proposições iniciais de Judt sobre sua infância e histórico familiar, quais sejam: 1ª.) – a de que a sua foi uma infância típica da classe média londrina no pós-guerra; e 2ª) – a de que fora também uma expressão exótica e multicultural, atravessada pela judaicidade, aliás de maneira bastante análoga ao que Hobsbawm já sublinhara sobre a sua própria família como “uma rede operacional, ligada não somente pelos laços emocionais entre mães, filhos e netos, e entre irmãos e irmãs” (HOBSBAWM, 2002, p. 30); há um terceiro elemento de sua

⁵ Não se pode afirmar, em absoluto, que Tony era neto de um rabino. Em um artigo intitulado “Nas entrelinhas: Encosta abaixo” [Correio Brasiliense, 16/02/2020], Luiz Carlos Azedo traz algumas informações biográficas de Tony Judt e afirma que ele “... era neto de russos e rabinos lituanos”. Embora se deva levar em conta a importância crucial que a religião ocupava na vida familiar do historiador, acreditamos haver um equívoco nesta afirmação.

biografia, sobre o qual ele silencia: o da *Diáspora*. A presença da memória da *Shoa*, já na infância, não é um elemento secundário e “vaza” em inúmeras passagens do capítulo primeiro de “Pensando com o século XX”, cujo título “O nome permanece: questionador judeu”, parecer dar o diapasão de como Judt gostaria de ser lido.

Não consigo me lembrar de um momento em que não soubesse do que ainda não era chamado de Holocausto. Mas era algo confuso em minha mente em razão de sua representação enganosa na Inglaterra, como é exemplificado por minha mãe muito inglesa. Ela costumava ficar de pé quando a rainha fazia sua saudação de Natal, no rádio e depois na televisão – meu pai, em contraste, ficava sentado, tanto por motivos políticos quanto porque não se sentia particularmente inglês: todos os seus gostos eram continentais, de carros à café. Em todo caso, minha mãe, quando pensava nos nazistas, sempre se referia a Belsen – (...). (JUDT: 2014, p.24)

Apesar de se lembrar de ter sido apresentado pelo avô – quando tinha seus quatro ou cinco anos de idade – a jovens sobreviventes dos campos de concentração, este tema sensível era um interdito nas conversas familiares.

Falemos então de Joseph. Ao analisar o pai, Tony não precisa de muito esforço para retratá-lo como um europeu continental:

Ele se lembra da Irlanda como um lugar idílico. A família era inquilina em uma casa grande logo ao sul de Dublin, e meu pai nunca tinha visto muito espaço nem vegetação. (...) Suas memórias da Irlanda são portanto inteiramente coloridas por uma sensação de conforto e espaço, e quase completamente livres de recordações de preconceito ou adversidade. Meu pai foi para Irlanda sem falar nada de inglês, é claro, com umas três outras línguas de seus primeiros 12 anos de vida na Bélgica: o iídiche de casa; o francês da escola; e o flamengo da rua. (...) Curiosamente, reteve muito do francês, o que inspira a ideia de que a língua que você é forçado a estudar é a que você retém por mais tempo quando não tem nenhum motivo para usar as línguas nativas (JUDT: 2014, p. 22).

O cosmopolitismo de Joe, que “era Isaac Joseph Bélgica e na Irlanda, depois Joseph Isaac na Inglaterra”, contrastava com a vontade de ser inglesa da mãe, Stella Sophie Dudakoff, o que lhe causava um certo incômodo: “Meu nome completo é Tony Robert Judt. Robert é uma idiossincrasia inglesa, escolhida por minha mãe.” Esta senhora, filha caçula numa família de oito filhos, é quem permite a Judt acessar o mal-estar característico da reconstrução do pós-guerra, localizando-o no East End londrino: “Ela sempre se sentiu fora do lugar em seu bairro de trabalhadores *cockney* perto das docas de Londres; mas eu tinha impressão de que ela também nunca se sentir à vontade em sua família ou em sua comunidade”(JUDT, 2014, p. 20). Essas dificuldades de integração, que Stella Dudakoff parece impor a si mesma, dialogam sobremaneira com a conjuntura em o filho Tony Robert cresceria, sendo convertidas num *paradoxo identitário* bastante desafiador. O problema é da seguinte ordem:

Nenhum de meus pais estava interessado em criar um judeu, embora nunca tenha havido nenhuma questão genuína de assimilação completa; afinal, eu tinha um pai estrangeiro, mesmo que seu inglês falado fosse mais ou menos perfeito e ele não tivesse nenhum sotaque aparente. Eu sempre soube que éramos diferentes. Por um lado, não éramos como os outros judeus porque tínhamos amigos não judeus e vivíamos uma vida decididamente anglicizada mas nunca poderíamos ser como nossos amigos não judeus, simplesmente porque éramos judeus. (p. 25, grifos nossos)

Sem aparentar maiores preocupações com a resolução de uma provável confusão que seus leitores poderiam estar a sentir, Judt lembra que sua mãe fora uma senhora de poucos amigos e a única exceção era uma senhora judia com olhar triste, de nome Esther Sternheim. Seu drama familiar parecia interminável e contagiava o pequeno Tony: “Os pais dela haviam sido mortos pelos alemães. Seu irmão mais velho foi morto em combate como soldado britânico. A irmã fugiu para a Palestina, mas depois cometeu suicídio. (...)” (p. 25). Logo a seguir, o historiador sublinha que essas tragédias não eram incomuns entre as famílias de imigrantes na Inglaterra do pós-guerra: “ainda que fossem normalmente tratadas e referidas separadamente da catástrofe maior que as produzira”. E conclui: “... crescer conhecendo essas pessoas era absorver de forma inconsciente certo tipo de experiência” (p. 26).

Dessa forma, essa percepção do que era *ser diferente*, mesmo sem compreender o quanto, como e por que, que encontramos em Tony Judt era também compartilhada por seus pais, que haviam optado por constituir “uma família conscientemente não judaica”.

Por mais estranho que possa parecer, esta não era uma escolha suficiente para dar conta das reivindicações identitárias dos pais de Judt, e, além disso, também poderia não ser aceita pela nova comunidade que eles pretendiam representar/integrar.

Ao proporem que a noção de etnicidade é central para analisarmos a maneira como uma formação social, classifica as pessoas em função de sua origem suposta, a Antropologia Social costuma argumentar que tal categorização geralmente é ou pode ser validada na interação social, justamente pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores, contudo, no plano micro (individual), a identidade étnica se define simultaneamente, tanto pelo que é subjetivamente reivindicado e quanto pelo que é socialmente atribuído. Isto de certa forma ajuda a explicar este desconforto sentido pelas duas gerações da família de Tony Judt, sobre o problema em tela.

No sentido de responder a esses desafios, Joseph e Stella irão dar alguns passos que avaliamos terem sido decisivos na formação de seu filho. Em 1952, ao se instalarem em Putney, um bairro de classe média, com muito poucos judeus, os pais de Tony “escaparam do

sufocante gueto *mitteleuropäisch ersatz* dos judeus do norte de Londres e se mudaram para o sul, do outro lado do rio” que dá nome ao bairro.

Tony Judt reconhece nesta escolha um ato de autodiferenciação, através do qual o casal Yudt decide “se incluir fora” de sua comunidade originária:

Em retrospecto, posso ver que esse foi um ato assertivo de autorrejeição étnica: quase não havia judeus em Putney – e os que havia provavelmente compartilhavam a perspectiva de meus pais, ativamente dispostos a deixar para trás sua judaicidade (JUDT: 2014, p. 26).

E será por causa desse ponto de partida muito bem demarcado que Judt afirmará, com um ar autoconfiante, que não fora criado judeu “ – exceto que, é claro, eu era judeu”; sendo forçoso, portanto, àqueles que se propõem a ingressar no seu território, que aceitem esta premissa. Nascido em 1948, em um hospital do Exército da Salvação em Bethnal Green, East London, Tony Judt tem poucas reminiscências do início da vida no norte da capital britânica. Quase todas correspondem a um “salão de cabeleireiro, com uma escada que levava até o apartamento em que vivíamos, em cima do estabelecimento”, bem como a janela do quarto dos pais, nesta sobreloja, de onde ele avistava os ônibus e caminhões passarem.

Crescer no tempo da austeridade não foi fácil. Para os britânicos, fossem eles nativos ou não, era o preço a ser “pago pela recuperação econômica” do pós-guerra (JUDT: 2008, p. 85-6). Em meados dos anos 1950, o contexto do pós-guerra na Europa Ocidental e em particular na Grã-Bretanha, havia sido marcado pelos esforços de retorno à normalidade e pela aceitação de uma vida de privações. Mas no que consistia, concretamente, aquele tempo de austeridade? Na tentativa de impulsionar as exportações e captar moeda estrangeira, a Grã-Bretanha vivia um período de severas privações. Desde bens essenciais como carne, açúcar, roupas, carros até mesmo gasolina e viagens internacionais eram escassos. O racionamento de pão, algo inédito mesmo durante a guerra, foi instituído em 1946 e durou até 1948. Embora o governo tenha celebrado o “fim das restrições” em 1949, a Guerra da Coreia forçou a reintrodução de muitas delas. O racionamento de comida só foi totalmente abolido em 1954, muito mais tarde do que no restante da Europa Ocidental. Como resultado, o cotidiano britânico se assemelhava ao dos países do bloco soviético. Uma dona de casa da época resumiu a situação: “Era fila para tudo [...], mesmo que desconhecêssemos o motivo da fila [...], entrávamos na fila, porque sabíamos que haveria algo nos esperando no final dela.” (JUDT: 2008, p. 173-174). Na mesma toada, Ian Kershaw (também inglês e, em certo sentido, mais próximo a Judt do que a Hobsbawm,) relata que dentro da sua família haviam convicções semelhantes.

Não eram apenas as cenas de filas o que parecia aproximar as democracias do Ocidente de algumas imagens sacadas das “democracias populares”, do Leste europeu. Naquela conjuntura, crer no papel do Estado era um consenso em todo o espectro político, desde a esquerda à direita.

Em parte, porque todos temiam as implicações de um retorno aos horrores de um passado recente, e se mostravam dispostos a restringir a liberdade do mercado em nome do interesse público. Assim como o mundo passaria a ser regulamentado e protegido por uma série de instituições e tratados internacionais, da Organização das Nações Unidas ao Banco Mundial, uma democracia bem conduzida consagraria a tendência de estabelecer consensos em torno de acordos domésticos equivalentes (JUDT: 2011, p. 54).

De acordo com Judt, “até os conservadores e empresários agora endossavam a doutrina do governo coletivo responsável pelo estado da economia.” e isso era verificável em políticas públicas, como o recurso à negociação coletiva para resolução dos conflitos trabalhistas, planejamento econômico, taxaçoão progressiva e fornecimento de serviços públicos subsidiados, como os de educação. Para exemplificar a influência desse consenso, o historiador cita como a fusão entre ideias de conservadores moderados e trabalhistas de centro, deram origem ao inusitado termo “*butskellismo*”. Uma contração dos sobrenomes de R.A. Butler, ministro conservador que seria o responsável por uma importante reforma educacional, e Hugh Gaitskell, líder da oposição no período em que Churchill deixara o cargo de primeiro ministro:

O *butskellismo* era universal. Apesar de suas diferenças, gaullistas franceses, democratas cristãos e socialistas compartilhavam a fé comum no Estado ativo, planejamento econômico e investimento público em larga escala. Isso valia em grande parte para o consenso que dominava a elaboração das políticas na Escandinávia, nos países do Benelux, na Áustria e até na Itália ideologicamente dilacerada (JUDT, 2011, p. 55).

É lícito dizer que entre alguns cidadãos comuns, a confiança neste “consenso implícito” era a forte tendência da época, não só na Grã-Bretanha mas também em boa parte da Europa Ocidental; com exceção da Alemanha, onde, segundo Judt, os social-democratas estavam mais desconfortáveis pois vigorava um “consenso sufocante em tudo”. Em outras palavras, essa estabilidade nem sempre se traduzira no otimismo demonstrado pelos trabalhistas ingleses, de que não haveria a “menor alteração” deste quadro (JUDT: 2008, p. 54).

Antes de ingressarmos numa análise mais detida sobre a trajetória acadêmica de Tony Judt é válido destacar como a constatação de sua precariedade foi o que orientou a segunda decisão mais importante que os pais tomariam sobre Tony Judt. De pleno acordo com Hans Ulrich Gumbrecht, compreendemos que a tarefa do historiador reside mais em uma obrigação de tentar desenvolver, com alguma dose de sofisticação, descrições mais complexas de momentos e situações do passado (que podem se refletir na elaboração de conceitos sobre determinados

períodos de tempo, que são sempre progressivamente mais complexos), do que atingir a clareza acerca dessas situações históricas por meio de definições (GUMBRECHT: 1998, p. 11). Nesse sentido, a noção de “austeridade” adquire um sentido bastante particular [ou a potencialidade de produção de uma presença] muito particular, durante o pós-guerra britânico. Em adição a isso, não podemos subestimar a consciência histórica dos pais de Tony Judt. Acreditamos, com o auxílio de Eric Hobsbawm, que havia coisas que os pais não poderiam se dar ao luxo de ignorar. Ao mencionar a singularidade da guerra total e a relação que este novo fenômeno guarda com a compreensão do “breve século XX”, o mais conhecido historiador britânico, – lido por Tony já aos quinze anos, concomitantemente a George Orwell e antes mesmo de Hannah Arendt (lida aos dezesseis) –, deixaria suficientemente claro em sua obra sobre o mundo contemporâneo, publicada nos anos 1990, que seria inconcebível ver a vida na Europa como antes da guerra (HOBSBAWM: 2000, p. 51).

Guardadas as devidas proporções, o que estamos sugerindo é que, talvez, as observações de Hobsbawm talvez possam ser potentes se inseridas no contexto que nos interessa e distendidas para o tempo imediatamente posterior ao término da Segunda Guerra Mundial.

Conscientes dos impactos da guerra na sua vida cotidiana, de tudo que haviam vivido em seu passado imediato e orientados pela noção de austeridade, o casal Yudt prezava por segurança. E foi por isso que a escolha deles sobre onde matricular o filho mais velho, os levou a uma escola *Direct Grant* situada em Battersea, próximo a um entroncamento ferroviário, a Clapham Junction⁶.

A Emanuel School ocupava um prédio de arquitetura vitoriana (fundado pela Rainha Elizabeth I) e com um quadro docente também bastante tradicional, de métodos antiquados, onde Tony estudou de 1959 a 1965. Não guarda boas recordações desse lugar, mas de alguma forma pondera que ali iria começar a trajetória que teria como ponto de chegada o *King's College* da Universidade de Cambridge.

Após o nascimento de Deborah (1956), os pais viveram um veranico de prosperidade, “de cerca de 1957 a 1964”, quando a família chegou a se mudar de Putney. Ainda estava em voga o *New Look* (JUDT: 2008, p. 247). As mulheres preferiam cabelos longos e calhou dos pais terem

⁶ Segundo informações do próprio Judt, as escolas *Direct Grant* eram privadas, mas recebiam subsídios públicos vindos do orçamento das autoridades locais ou do governo Central, “de forma que o benefício para os estudantes era comparável” – meritocraticamente – ao das escolas particulares, mais elitistas. CF. “O King's e os kibutzim: sionista de Cambridge”. In: *Pensando o século XX*. p. 129.

um salão de cabeleireiro. Judt menciona que os pais “Naqueles anos podiam até se dar ao luxo de ter uma série de garotas *au pair*, contratadas para cuidar de mim e de minha irmã Deborah ...”. A maioria dessas jovens que desempenhavam uma jornada de trabalho parcial na Grã-Bretanha eram suíças, francesas ou oriundas dos países da Escandinávia. Tony dá conta de um “curioso acidente”, com uma delas: “tivemos uma *au pair* da Alemanha, apesar de sua estada conosco ser breve: meu pai a demitiu depois de encontrar em seu quarto uma foto destacada do pai dela em uniforme da Wehrmacht.”(JUDT, 2014, p. 27-28).

Mas este era um período excepcional e os pais de Judt sabiam disso – “éramos uma família pequena, de classe média baixa, que morava num lugar pequeno de classe média baixa” – ter empregadas domésticas era um luxo, que jamais esteve ao alcance deles; em contraste, por exemplo, com outras famílias judias de classe média de tempos anteriores, como a do também historiador Eric Hobsbawm (2002).

Diferentemente do que havia se dado na década de 1920, os impostos e o aumento salarial do pós-guerra elevaram tanto o custo de empregados domésticos que eles se tornaram um luxo apenas para os mais ricos. Os pais de Tony Judt só conseguiram contratar uma babá diurna durante a infância e, anos mais tarde, empregadas de meia-jornada em períodos de maior prosperidade. Fora isso, a família contava apenas com uma faxineira esporádica. (JUDT, 2012, p. 103).

Nos anos 1950, os judeus eram os *outsiders* mais visíveis dentre os grupos sociais minorizados por sua etnia em Londres. A vida atravessada pela “austeridade” permitia alguns confortos esporádicos, mas a segurança era um valor daqueles, dos quais não se poderia abrir mão. E foi assim que os pais de Tony Judt escolheram a *Emanuel School* para ele. Apesar de ser uma “instituição sombria”, tinha seu próprio orçamento e era subsidiada pelas autoridades locais, o que dava uma importante folga no orçamento familiar. Aberta aos alunos de onze anos ou mais nos exames de admissão nacionais que fossem aprovados na entrevista, a *Emanuel* se equiparava “às melhores escolas particulares da Inglaterra, bem como aos colégios públicos modelo, cujo currículo acompanhavam de perto”, com a importante ressalva de que não se pagava nada por estar lá.

O alunado era majoritariamente composto por jovens da região, oriundos da classe média baixa do Sul de Londres. Havia também um pequeno número de filhos de operários que se destacaram nas provas de admissão e alguns filhos de corretores da bolsa e banqueiros dos

subúrbios que optaram por uma escola na cidade ao invés do internato particular convencional (JUDT, 2012, p. 88)

Essa configuração socioeconômica heterogênea, por muitas vezes produzia um ambiente discriminatório, onde Tony Judt sentiu a persistência de um “antissemitismo endêmico”. Em retrospecto, o historiador lembra ter mencionado este problema aos pais, mas jamais se queixara a eles do quanto fora infeliz na escola, talvez para não causar um incômodo adicional. Num esforço de memória, Tony contabiliza que, ali “Somávamos apenas uns 10, num colégio com mais de mil alunos, e as ofensas e os palavrões frequentes lançados contra nós não despertavam reações particularmente indignadas” (JUDT, 2012, p. 90). Porém, apesar do ambiente desfavorável, não tardaria muito até que Judt escapasse “graças ao King’s” (College), o que ele narra com real satisfação.

Ciente de que teria algum futuro, Tony Judt confessa aos seus leitores que “sempre quis ser historiador” e que desde seus doze anos já sabia quanto tempo seria necessário para conseguir o diploma do secundário. Bem abrigado em seu *chalé da memória*, o “autor inglês” não despreza o valor atribuído por ele mesmo à segurança e quanto fora afortunado em seu plano (2012, p.127), deixando explícita a importância da relação entre as noções de lugar e afetividade na sua formação (TUAN, 1980).

A “fuga” de Judt do ambiente tradicional e pedagogicamente limitado da escola primária se concretizou em 1966, impulsionada por um desempenho excepcional nos exames de admissão em história, francês e alemão. Esse sucesso foi fruto de uma guinada disciplinar instigada por seu pai, Joseph, que o pressionou a trocar o ativismo sionista juvenil pelo estudo intensivo de línguas. Ao ingressar no King’s College, Judt tornou-se o primeiro de sua família a alcançar o ensino superior, deparando-se com uma instituição que era, ao mesmo tempo, “descaradamente elitista” e dotada de uma reputação “liberal e não convencional”. Essa mistura de *tradição* e *mobilidade meritocrática* foi definidora de sua experiência geracional: embora Cambridge tenha lhe franqueado a entrada no mundo acadêmico, o choque com as convenções de classe e o desencanto com a postura dos alunos da década seguinte consolidaram sua identidade no ambiente profissional.

A preocupação honesta interna a respeito do igualitarismo que encontramos em 1966 pelo jeito decaiu até tornar-se uma obsessão em manter as aparências de um lugar no qual não existem critérios elitistas de seleção ou práticas socialmente excludentes de qualquer gênero. (JUDT, 2012, p. 144)

Segundo ele, em que pese o fato de que foram bem intencionadas e exitosas, pois essas

políticas públicas “tornaram o ensino secundário britânico livre e aberto a qualquer pessoa capaz de se beneficiar dele”, ao fim e ao cabo, elas representaram o canto do cisne da excelência meritocrática que distinguia as tradicionais universidades britânicas e seu alunado.

A crítica social, de fundo, ao igualitarismo das reformas educacionais não se detém aí. E Judt, “de boa-fé”, tentará situá-la no cerne da mudança social pretendida. A leitores mais pacientes ele diria, em adendo:

Uma sociedade dividida por riqueza e herança não pode redimir a injustiça camuflando-a nas instituições de ensino – negando distinções de capacidade, ou restringindo oportunidades dos meios da seleção – enquanto promove um distanciamento cada vez maior, em nome da liberdade de mercado. Isso não passa de conversa fiada e hipocrisia (p. 145).

O tom nostálgico se intensifica no contraponto com as gerações da década seguinte⁷. Na Cambridge dos anos 60 havia a percepção de que onde o lugar de origem importava. E Judt fazia questão de sublinhá-lo “eu era de Putney, não da vizinha Fulham”. Segundo o *sionista de Cambridge*: “na Inglaterra, uma vez que você soubesse a escola que alguém tinha frequentado, sabia quase tudo necessário para situar em uma origem muito específica e detalhada”, o que não se verificaria no sistema dos EUA, onde ele posteriormente lecionaria e se daria conta de que os universitários “sabem muito pouco sobre a experiência e o cenário do ensino secundário de seus colegas” (p. 132).

A caminho de uma conclusão, repercutem algumas questões: Com que ambiente Tony Judt se deparou quando chegou em Cambridge? Por que as diferentes possibilidades de origem social e cultural são tão importantes para ele? E quais as razões do seu desencanto com as gerações de 1970 em diante? Como um dos “novos” no “*King’s College de Cambridge*” – primeiro de sua família a completar o curso médio e entrar numa faculdade –, Tony Judt ficou aturdido com a forma como a instituição era “descaradamente elitista”, mas também gozava de uma “reputação liberal e não convencional”. Ao que tudo indica, a diversidade de classes ali mexeu com a sua cabeça (JUDT, 2012, p. 137). Naquele momento de ingresso, a única certeza que ele parecia cultivar era a de que se tornaria um *scholar* (JUDT, 2014, p.131). O mundo acadêmico se apresentava assim como um desafio interessante para aquele que soubesse o tamanho do salto a ser dado para transpor o fosso social e o preço a se pagar para se tornar um *insider*. Nesse sentido,

⁷ O historiador repara que antes dessa época era mais provável que seguissem carreiras desse tipo, e comenta: “...uma espiada nos obituários das gerações anteriores revelam que muitos assumiam empresas da família ou as profissões tradicionais dos seus pais e avôs”.

o valor das convenções não podia ser ignorado.

Um dos autores mais caros a Tony Judt é George Orwell. Há uma conhecida afirmação deste escritor e jornalista inglês, sobre como os seus compatriotas introjetam costumeiramente as distinções sociais, que talvez contribua para discussão da grande mudança diante da qual o jovem pesquisador recém-formado no King's se viu. É a seguinte: "Não importa para onde você se volte, essas malditas diferenças de classe estão diante de nós, como um muro de pedra. Ou, talvez, (...) Como as paredes de vidro de um aquário." (ORWELL: 2008, p. 263).

Talvez por isso Judt tenha se sentido incomodado com o comportamento pouco responsável dos alunos que ingressaram na instituição na década seguinte. "Tornei-me, assim, por falta de alternativa, o que sempre tinha sido por afinidade: uma espécie de outsider do mundo profissionalizante da história acadêmica" (JUDT; SNYDER: 2014, p. 414). Já ao final da vida, ao olhar retrospectivamente para situações como essa, Tony Judt demonstraria uma consciência tranquila acerca de tais limites, mesmo assumindo os riscos que poderiam advir de suas escolhas críticas.

3. Considerações finais

A análise da trajetória de Tony Robert Judt nos permite concluir que, sua condição de "historiador de fronteiras", o historiador não se limitou às suas circunstâncias biográficas, mas soube se servir delas como fundamento para uma metodologia que recusava o conforto de grandes narrativas ou ideologias fechadas. Ao transitar entre as identidades de judeu, inglês, europeu e, por fim, estadunidense, Judt logrou êxito em construir uma historiografia que funciona como uma cartografia das fraturas éticas e políticas definidoras do século XX. Conforme demonstrado ao longo de toda uma vida de estudos dedicados à História Intelectual, sua transição para o papel de intelectual público reafirma que o historiador deve atuar como um "intérprete" da sociedade, que por vezes intervém na realidade para indicar uma espécie de "gap" entre o vagão e a plataforma", que tem sido a desconexão entre governantes e governados. Por vezes uma atitude que o autor julgava ser razoável soaria como abertamente anticomunista e não deixaria de ser acusada de conservadorismo. Algumas questões pairam no ar, acima das fronteiras terrestres: será que nas democracias ocidentais que se vêem ameaçadas e nas cordas, os intelectuais teriam renunciado ao seu papel de agentes da mudança e construtores do futuro social? Teriam perdido a coragem de apostar na criação de uma mínima utopia diante das doutrinas de choque

apresentadas pelos “populismos de direita”? Ou estariam condenados ao papel de canários nas minas de carvão, servindo de apoio como guardiões da qualidade do ar, dos valores de uma civilização em vias de esgotamento (como democracia, pluralismo, tolerância, equidade...)?

Da nossa longa exposição podemos concluir que o torna a historiografia de Tony Judt especial – tanto na abordagem quanto no conteúdo – é a sua convicção de que a finalidade da história enquanto disciplina é explicar os fenômenos ao longo do tempo. Para além da sua forte autoria, sua obra encarna uma espécie de “poder difuso” (WINOCK: 2000, 800) que apenas seus leitores conseguem perceber. Mesmo sendo contracorrente ou se portando como uma voz da qual nossa sociedade necessita, jamais se promoveu como *a* voz. Sem esperar o aplauso e o reconhecimento, seu trabalho nos parece mais vasto, mais aprofundado e envelhece melhor que o de muitos panfletários, situando-se particularmente ao lado dos educadores, intelectuais que são, ao mesmo tempo críticos e orgânicos no seio das sociedades democráticas.

Assim sendo, ao longo dessas linhas acreditamos ter identificado pelo menos duas preocupações de Judt: a primeira delas é com a crise da narrativa dos fatos (diante da qual devemos evitar sua substituição por qualquer coisa nova e superficial, que supostamente os representaria) e a outra é responsabilidade atrelada ao papel do historiador contemporâneo, de ser transparente e tentar sempre que possível (ou imprescindível) mostrar suas escolhas, já que “tal como existem limites para a parcialidade, é ao mesmo tempo impossível escapar dela” (BEBIANO, 2017, p. 97). De boa-fé, Tony Judt é um historiador que não teme dizer que conhece o seu lugar.

Referências Bibliográficas:

CORREA, Priscila Gomes. *História, política e revolução em Eric Hobsbawm e François Furet*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de 1945: latência como origem do presente*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.;

HOBSBAWM, Eric J. “Prefácio”. In: *Tempos Interessantes: uma vida no século XX*; Tradução: S. Duarte. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 12.

_____, . *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, Tony. *Quando os fatos mudam: ensaios 1995-2010*. Tradução de Claudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

_____, . SNYDER, T. *Pensando o século XX – conversas com Timonthy Snyder*. 1ª. ed. Tradução: Otacilio Nunes – 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

_____, . *O chalé da memória*. Tradução: Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

_____, . *O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente*; Tradução: Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

_____, . *Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

_____, . *Pós-guerra, uma história da Europa desde 1945*. Tradução: José Roberto O’ Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

_____, . *Passado Imperfeito: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra*. 1ª. edição; Tradução: Luciana Persice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KERSHAW, Ian. *De volta do Inferno: Europa – 1914-1949*. Tradução: Donaldson M. Garchagen, Renata Guerra. – 1a. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 494.

TRAVERSO, Enzo. *Onde foram parar os intelectuais? – Conversas com Régis Meyran*. Tradução: Lucas Neves; Belo Horizonte: Editora Ayné, 2020.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. Difel, 1980.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Tradução: Eloá Jacobina; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Internet:

HOMANS, J. *Tony Judt, A vitória final*. Revista Piauí, 2012. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/tony-judt-a-vitoria-final/>. Acesso em: 18 jul. 2026.

MAJOR LEAGUE BASEBALL (MLB). *Lou Gehrig Day initiatives and ALS history*. Disponível em: <https://www.mlb.com/news/lou-gehrig-day-june-2nd-2021-details> e <https://als.ca/get-involved/lou-gehrig-day/>. Acesso em: 18 jul. 2026.

Sobre o autor

Leonardo de Carvalho Augusto: Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ); e Mestre em História Social da Cultura (PUC-Rio); Especialista em Ensino de História (CESPEB-UFRJ); Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Professor EBTT do Instituto Benjamin Constant (IBC).

Artigo recebido para publicação em: 10 de agosto de 2025.

Artigo aprovado para publicação em: 22 de julho de 2026.

Como citar:

AUGUSTO, Leonardo de Carvalho. Tony Judt: um historiador de fronteiras. *Revista Transversos*. Dossiê: História e território, n.º. 32, 2026. pp. 71-94. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/93481>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2025.93481.

